

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

Despatriarcalização¹ do currículo e as abordagens de gêneros e sexualidades: relato de experiência em um espaço educativo do Nordeste

Depatriarchalization of the curriculum and approaches to gender and sexualities: an experience report from an educational space in the Northeast of Brazil

Stelina Moreira de Vasconcelos Neta;^{II} Ana Paula Miranda Guimarães^{II} *

^I Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

^{II} Instituto Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Palavras-chave:

currículo; diversidade; inclusão; gêneros; sexualidades.

Resumo: Nos últimos anos o currículo escolar tornou-se território de disputa entre conservadores e progressistas. O tensionamento foi acirrado quando educadoras/es inseriram debates de gêneros, sexualidades e diversidades humanas na educação básica. As tentativas de desconstrução do currículo heteropatriarcal ainda são tímidas no Brasil. Isso é justificado, pelo recrudescimento político intensificado no período de 2016 a 2022. A legitimação das perseguições as/os profissionais da educação contribuíram para que muitas/os recuassem na discussão das pautas de diversidades de gêneros e sexualidades. No entanto, as lutas imputadas pela permanência dos debates foram responsáveis pela construção de uma escola mais afetiva e acolhedora das diversidades. A compreensão da importância da luta por um currículo acolhedor motivou a escrita do artigo. O objetivo do texto é refletir sobre as percepções observadas no decorrer da realização da palestra intitulada Inclusões e Diversidades. A palestra aconteceu no dia 07 de julho de 2022, em uma escola pública no estado do Ceará e teve como público-alvo estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Como resultados, verificou-se a importância desses debates para estudantes: (1) que sofrem os preconceitos por dissidirem da sexualidade normalizada; (2) a reprodução da heteropatriarcalidade no ambiente escolar; (3) as violências institucionalizadas na sociedade; (4) o silenciamento diante da LGBTQIAPNfobia.

¹ Refere-se à luta contra os códigos e signos patriarcais, que estabelecem o engessamento do currículo a perspectivas acrílicas de formação centrada apenas em conteúdos, uma sociedade sem diversidades, mantendo as mulheres como submissas e inferiores aos homens, a escravização dos corpos, a manutenção das estruturas de opressões de gênero, sexualidade e a desigualdade social. A despatriarcalização propõe uma ruptura com essas estruturas e propõe um ensino crítico, humano, decolonial, que todas as identidades minoritárias sejam valorizadas no currículo, que passa a ser uma construção coletiva. As tentativas de proibição dos temas de gênero e sexualidade na educação básica é uma tentativa de padronizar os comportamentos humanos e discursos pedagógicos ao mesmo tempo, que promove uma coibição do pluralismo de gênero, sexualidade, político e religioso e através da despatriarcalização é possível promover uma educação oposta a isso que propõe liberdade religiosa, política, pluralismo e multiculturalismo de gênero e sexualidade que respeita os direitos humanos.

* Endereço para correspondência: Avenida Jorge Amado, s/nº, Jardim Limoeiro - Camaçari - BA, CEP 42.800-605. E-mails: stelinasvasconcelos3@gmail.com, apmguima@gmail.com.



Keywords:

curriculum; diversity;
inclusion; genders;
sexualities.

Abstract: In recent years, the school curriculum has become a territory of dispute between conservatives and progressives. The tension was heightened when educators inserted debates on genders, sexualities and human diversity into basic education. Attempts to deconstruct the heteropatriarchal curriculum are still timid in Brazil. This is justified by the intensified political upsurge in the period from 2016 to 2022. The legitimization of persecution of education professionals contributed to many retreating from the discussion of gender and sexual diversity issues. However, the struggles attributed to the permanence of the debates were responsible for the construction of a school that was more affectionate and welcoming of diversity. Understanding the importance of this fight for a welcoming curriculum motivated the writing of the article. The objective of the text is to reflect on the perceptions observed during the lecture entitled Inclusions and Diversities. The lecture took place on July 7, 2022, in a public school in the state of Ceará and its target audience was students in the 9th year of elementary school. As a result, the importance of these debates for students was verified: (1) who suffer prejudice for dissenting from normalized sexuality; (2) the reproduction of heteropatriarchy in the school environment; (3) institutionalized violence in society; (4) silencing in the face of LGBTQIAPNphobia.

A importância dos movimentos identitários na disputa por um currículo inclusivo e diverso

Nas últimas décadas a construção do currículo escolar tem sido um território de disputas (Arroyo, 2018). Isso porque, em diversos períodos históricos, o currículo foi controlado pelo heteropatriarcalismo e pela elite. Através dele foram disseminadas e naturalizadas as teorias essencialistas, os discursos reacionários de opressões, injustiças e desigualdades de gêneros e sexualidades.

As opressões de gênero e sexualidade favoreceram a emergência nos anos de 1960 de movimentos sociais contrários ao modelo heteropatriarcal de sociedade. Os movimentos: feministas, lésbicos, gays, negros foram essenciais para reivindicar transformações sociais, dentre elas, as lutas por políticas públicas que estão avançando e incluindo os grupos identitários minoritários.

Os movimentos identitários minoritários e grupos culturais que não exercem poder na sociedade permitiram problematizar o currículo na tentativa de visibilizar as questões referentes às diversidades e pluralidades humanas. No entanto, essas temáticas ainda estão subsumidas do currículo e isso é justificado com a insurgência do conservadorismo, ultraconservadorismo e heteropatriarcalismo em 2016. O golpe de 2016 favoreceu para que as temáticas de diversidade e equidade de gênero sofreram resistências no currículo escolar.

A permanência do heteropatriarcalismo no currículo escolar está assentada na estrutura social do Brasil, o país que mais mata transexuais, travestis do mundo (Benevides, Nogueira, 2021); o quarto em casamentos infantis (Bittar, 2022) e o quinto em feminicídio. Os dados apontam a importância de abordar os temas de gênero e sexualidade em sala de aula.

A despatriarcalização do currículo e a inserção de temáticas como gênero e sexualidade é urgente e se apresenta como uma possibilidade para contribuir com a construção de uma sociedade justa, equânime, inclusiva e respeitosa com as diversidades. A urgência se justifica

através das vidas de crianças, adolescentes e jovens que sofrem preconceitos por não performarem os estereótipos de gênero e a sexualidade heteronormatizada.

As vidas LGBTQIAPN+² dependem do “acolhimento e da hospitalidade do currículo” para se manterem nesses espaços (Paraíso, 2018). Para muitas/os estudantes as violências, os desrespeitos e as perseguições fazem parte do seu cotidiano. Então, ter um currículo acolhedor pode amenizar os impactos negativos na saúde emocional, que muitas vezes são irreversíveis. As vidas dessas crianças e adolescentes dependem do amparo das instituições estatais, como: jurídicas, educacionais, assistenciais e de saúde para serem tornarem vivíveis (Butler, 2006; Paraíso, 2018).

A tentativa de proteção de LGBTQIAPN+ através de políticas públicas foi o estopim para o acirramento da disputa entre os extremistas conservadores e os grupos progressistas. Na educação, a disputa foi no currículo³ escolar, fato que não é recente.⁴ No período da ditadura, aconteceu esse debate e educadores, a exemplo Paulo Freire, defendiam uma perspectiva de educação humanizadora e incluyente das diversidades.

Na perspectiva de Freire, a educação tem o potencial de transformar as pessoas e, para que isso aconteça, é necessário ter um currículo que não se restrinja à estrutura heteropatriarcal. No entanto, agregar as diversidades de orientação afetiva-sexual, identidades de gênero, pessoas com deficiências, raça e classe do país, é um processo desafiador. De um lado as/os oprimidas/os lutando para desestabilizar a estrutura heteropatriarcal de privilégios, enquanto outras/os desejam mantê-la.

Dessa forma, o objetivo deste artigo é relatar a experiência de uma palestra realizada em uma escola pública no interior do Ceará, sobre gênero e sexualidade e as suas relações com o processo de despatriarcalização do currículo. Para tal, foi feito um recorte temporal dos anos 2015 a 2020⁵ dos ataques ao currículo e a importância de enfrentamentos e lutas por um currículo inclusivo, diverso e afetivo.

² No texto adota a sigla mais recente que se refere a: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo, Assexual, Pansexual e Não-Binária.

³ O currículo é o instrumento regulador dos conteúdos e práticas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, ao mesmo instante em que faz uma ponte entre a cultura e a sociedade exteriores às instituições de educação e outra ponte entre a cultura e as/os sujeitas/os (Sacristán, 2013). O currículo dimensiona o tipo de sujeita/o que deseja formar e faz parte, diretamente da vida de estudantes, sendo um artefato cultural que ensina e produz sujeitas/os sociais (Paraíso, 2010).

⁴ Nos deteremos nesse texto a construir esse percurso a partir dos anos 2000, a escolha ocorre pelos fatos recentes, a exemplo das tentativas de aprovação de leis que visam o cerceamento de docentes e o pânico moral referente a suposta “ideologia de gênero” como destruidora da família tradicional.

⁵ Esse período foi escolhido por ser o mais acirrado e tenso na disputa entre conservadores e progressistas, na educação brasileira, após a redemocratização do país.

O pânico moral: uma breve contextualização das disputas para manutenção do currículo heteropatriarcal

As tentativas de Freire na luta por um currículo humanizado foram interrompidas com o golpe de 1964, a ditadura militar. Até hoje, em 2023, o Brasil avançou lentamente no que diz respeito às suas contribuições para uma educação incluyente, libertadora, humanista e igualitária. Ao contrário do sonhado pelo referido educador, em 2016 a situação piorou. A educação se tornou palco de investimentos do heteropatriarcalismo neoliberal para re/impor o modelo de sociedade assentado em valores, de moral e de bons costumes. Tal perspectiva, ocasionou na perseguição de docentes que lutavam/lutam por um currículo afetivo, agregador e potencializador das diferenças.

A perseguição às/aos docentes fere a autonomia e a liberdade de cátedra, asseguradas no artigo 206⁶ da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Brasil, 2018). A sua garantia nos documentos orientadores da educação brasileira não coibiu os ataques aos docentes. As ofensivas contra as/os docentes iniciaram timidamente no final da década de 1990 e foram intensificadas no início dos anos 2000. Essa interferência começou na esfera religiosa com os debates referentes à “ideologia de gênero” (Junqueira, 2018).

No ano de 2012, as pautas antigênero tiveram um crescimento mundial (Junqueira, 2018) e a “ideologia de gênero” tomou uma projeção social inesperada. As pautas antigênero passaram a fazer parte do cotidiano escolar. No ambiente escolar, o objetivo era culpabilizar e punir docentes que abordassem as temáticas: educação sexual, desigualdades de gêneros, diversidades sexuais e inclusões.

No ano de 2004, estava em curso o Programa Escola Sem Homofobia, com o objetivo de combater a violência contra a população LGBT (Brasil, 2009). Entre as suas ações, o programa previa a formação continuada de educadoras/es para abordar as questões de gênero e sexualidade em sala de aula. Tal programa representava o acolhimento contra a barbárie que a população LGBTQIAPN+ sofre no ambiente escolar.

A pressão da bancada conservadora e heteropatriarcal do congresso federal batizou o material de “kit gay”. Tal bancada difundiu *fake news*, acusando-o de material “doutrinador” e de fazer parte da “ditadura gay” que a esquerda tentava implementar no Brasil. Em 2011, o material “Brasil sem Homofobia” do foi vetado pela presidenta Dilma Rousseff. O veto da presidenta acabou com a esperança da população LGBTQIAPN+, que contemplava a possibilidade de uma escola afetiva e acolhedora das diversidades.

⁶ De acordo com o artigo 206, incisos II e III: O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; [...].

O veto representou o fortalecimento dos grupos conservadores e penalizou a população LGBTQIAPN+ que sonhava com uma mudança significativa no currículo. Novamente, os direitos fundamentais estabelecidos na Constituição Federal de 1988 foram negados à população LGBTQIAPN+. As violências no ambiente escolar foram acentuadas com os discursos de ódio que incitaram as perseguições a docentes que resistem e lutam pela autonomia, liberdade e inclusão.

O tensionamento no campo político resultou em sucessivas tentativas de aprovação do Projeto de Lei - PL intitulado “Escola sem Partido”. O projeto criado em 2004, ganhou notoriedade em 2015 e em 2016, se transformou no PLS 193/2016 (Brasil, 2016). As lutas dos movimentos estudantis e dos profissionais de educação contrários ao cerceamento e à vigilância da práxis pedagógica, culminaram para que em 2019 o PL fosse engavetado.

Os PL's atacavam as/os profissionais da educação que são defensoras/es dos feminismos, democracia, direitos humanos, laicidade, educação crítica e acusavam as/os docentes de “assediadoras/es ideológicos de gênero”. O projeto da Escola sem Partido deixou efeitos devastadores na educação brasileira, a exemplo da supressão dos termos gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

A aprovação da BNCC foi mediante a retirada dos termos “orientação sexual” e gênero. A remoção dos termos fortaleceu os grupos reacionários e foi um golpe para as/os profissionais da educação e estudantes. Esse retrocesso dificultará que o Brasil alcance a igualdade de gênero em 2030, meta estabelecida pela Organização das Nações Unidas – ONU mulheres.

Outro dano provocado pelo Projeto Escola sem Partido foi o adoecimento de docentes. De acordo com o relatório da Human Rights Watch (2022), muitas/os profissionais e especialistas em educação relataram que sofreram ameaças de vida por abordarem os temas de gênero e sexualidade em sala de aula. As intimidações e as perseguições contribuíram para diversos profissionais recuarem e não trabalharem tais temáticas.

A repressão e a fiscalização da práxis pedagógica culminaram em adoecimentos emocionais e outras doenças laborais, a exemplo da Síndrome de Burnout.⁷ Os grupos conservadores invadiram escolas e universidades com o objetivo de pressionar docentes e estimularam estudantes a filmarem e denunciarem quando os temas de gênero e sexualidade fossem abordados.

Os/as conservadores/as passaram a chamar tudo que fugisse a estrutura patriarcal de “ideologia de gênero” e a educação foi o alvo. Isso porque estava em curso debates sobre a educação crítica e emancipadora. Os debates sobre gênero, raça, classe e sexualidade estavam

⁷ Síndrome de Burnout também conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional, um distúrbio provocado pela exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante do trabalho desgastante e do excesso de trabalho (Brasil, s.d.).

ganhando espaço. Então, a escola passou a ser inimiga desses grupos. O *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016 fortaleceu esses grupos.

A eleição de Jair Bolsonaro para presidente em 2018 intensificou os ataques aos profissionais de educação e o ministério da Educação passou a ser inquisidor da prática docente. Os ministros nomeados propagaram discursos de ódio, a exemplo de: “a biologia diz que não é normal a questão de gênero”, “as crianças homossexuais vêm de famílias desajustadas”, “a homossexualidade é uma escolha”. “Vejo meninos de 12 e 13 anos optando por ser gay, nunca estive com uma mulher de fato”.

As narrativas do pastor Milton Ribeiro e dos demais ministros que o precederam, violaram os direitos ao acesso à informação, exemplo da saúde sexual e reprodutiva, definido pelo Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA. De acordo com a UNFPA, as crianças e adolescentes têm o direito de receber “Educação Integral em Sexualidade” – EIS.⁸ No documento explicita que a EIS deve assegurar a crianças e jovens conhecimentos, competências, posicionamentos e valores que lhes permitam desenvolver uma visão positiva sobre sua sexualidade, no contexto do seu desenvolvimento emocional e social (UNESCO, 2018).

O pânico moral provocado pela bancada conservadora, foi responsável por apresentar entre 2014 e 2020, 16 dos 17 projetos de lei que versavam sobre a abolição da “aplicação da ideologia de gênero” nas escolas. Em alguns PL eram visíveis o radicalismo que visava eliminar o uso da palavra “gênero” ou “orientação sexual” da sociedade e da língua portuguesa. O discurso de ódio e combate às diferenças conquistaram adeptos na sociedade e em alguns estados brasileiros, como o estado do Paraná, que proibiu o uso da palavra gênero, a exemplo: gênero alimentício.

Dos 16 projetos, 6 chamaram a atenção pela explícita defesa à ideologia patriarcal, neoliberal e autoritária. O Projeto de Lei – PL 867/2015 (Brasil, 2015) propôs alterar a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/1996 para proibir a prática de doutrinação política e ideológica e a veiculação de conteúdos que abordassem temas como gênero e sexualidade. O PL proibia a realização de debates e conteúdos que entrassem em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais e responsáveis pelos estudantes.

No ano de 2018 o PL 867/2015 foi modificado e reapresentado como PL 10.659/2018 (Brasil, 2018), dessa vez, o foco ficou na/o estudante. A escola não podia propor debates que interferissem nas convicções religiosas, morais e políticas do “aluno”. Em 2019, a referida bancada altera o PL fazendo uma junção entre as crenças religiosas e as convicções morais,

⁸ É um documento elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) que estabelece e orienta a inserção dos temas relacionados a Educação Integral em Sexualidade na educação básica.

filosóficas e políticas dos alunos, de seus pais ou responsáveis, através do PL 258/2019 (Brasil, 2019).

Outro aspecto que chamou a atenção no PL foi o ataque explícito ao currículo: “a escola não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará um currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam aplicar a ideologia de gênero”. O ataque direto expõe a tentativa de manutenção do currículo patriarcal, conteudista, tecnicista, que se assentava apenas em instrumentalizar estudantes para seguirem as normas impostas de forma acrítica.

A tentativa de aprisionamento do currículo visava regular a prática pedagógica, através da opressão, cerceamento de debates que atravessam as/os estudantes como as desigualdades sociais, de gênero, sexualidade, liberdade religiosa. Os três PL's foram elaborados a partir do heteropatriarcalismo, que defende um modelo único de família, a tradicional, composta por pai e mãe (o que não condiz com grande parte da realidade de estudantes da escola pública). Outro aspecto, está centrado na religião, em que a judaico-cristã é a única aceitável e as demais, como as de matrizes africanas, são perseguidas.

As propostas dos PL's ferem a Constituição Federal em seus artigos: 205, no que se refere ao exercício da cidadania; 206, os incisos I e II referem-se à liberdade de cátedra; e o 11, em seu § 2º, que firma o Estado Laico. A tentativa de alterar a LDB também foi frustrada, devido a inconstitucionalidade do texto, que fere os direitos humanos, ao tentar padronizar a sociedade a partir da lógica eurocentrada e colonizada, afinal tais políticos copiaram propostas educacionais norte americanas.

É visível que os PL's têm como foco o sucateamento da educação pública e acabar com o pensamento crítico, reflexivo, emancipador e humanista a fim de manter o currículo patriarcal, que mantém as desigualdades e violências de gêneros, sexualidades e raças. Isso porque a maior parte da população que acessa as instituições públicas é formada por estudantes negras/os, pardas/os (Brasil, 2023), que em sua maioria possui uma renda per capita menor que um salário-mínimo e as famílias dependem de programas sociais, principalmente no norte e nordeste do Brasil.

A reprovação dos projetos de lei citados motivou a elaboração de outros, dessa vez, com foco nos profissionais de educação a exemplo do PL 246/2019 (Brasil, 2019a) e o PL 4.893/2020 (Brasil, 2020). O primeiro, de forma mais tímida, com o texto “o Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos, nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”. O segundo, de forma direta, “tipifica como crime de conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de

ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero”.

É interessante como o teor dos PL's foram modificados com a eleição de Jair Bolsonaro. Os PL's foram combativos, tratando as/os profissionais da educação como: bandidos, irresponsáveis e praticantes da “ideologia de gênero”. Nos PL's não abordam a definição de “ideologia de gênero”. A interpretação consensual entre as/os extremistas refere-se a tudo aquilo que vai de encontro aos ideais e interesses heteropatriarcais, a exemplo da manutenção das desigualdades sociais, das opressões de gêneros e sexualidades.

Os Estados do Nordeste não ficaram imunes a esses projetos. No estado do Ceará a câmara municipal de Juazeiro do Norte aprovou o PL 4853/2018 (Juazeiro do Norte, 2018) e Caucaia aprovou o PL 3376/2021 (Caucaia, 2021). O objetivo dos PL's era proibir o ensino de “ideologia de gênero”, “linguagem neutra”, também conhecida como “linguagem inclusiva de gênero” e proibir a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas escolas públicas e privadas.

No município de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, o prefeito chegou a sancioná-lo e vigorou por alguns dias. Devido, as constantes denúncias dos movimentos sociais no judiciário o projeto foi considerado inconstitucional e o município foi obrigado a recuar.

O breve panorama de ataques à educação aponta para a importância de projetos e/ou atividades que se distanciem da heteropatriarcalização do currículo e ressaltem a importância da inclusão, das diversidades sexuais e dos grupos minoritários, que historicamente foram oprimidos e excluídos da educação formal. Diante do incentivo à vigilância e perseguição docente, verifica-se que são esses profissionais que fazem a diferença na educação. Quando trazem essas temáticas, elas/es contribuem para estimular o pensamento crítico e promovem o letramento crítico étnico-racial, de gênero, sexualidade, da pessoa com deficiência e ressaltam a diversidade como uma riqueza cultural.

O convite: a angústia e a necessidade de mudar o ambiente escolar

No dia 07 de junho de 2022, recebi o convite de duas docentes de língua portuguesa para ministrar uma palestra que versasse sobre gênero e sexualidade. O convite surgiu porque sou pesquisadora na área de gênero, sexualidade e educação, militante lésbica, Pedagoga pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, mestra em Educação e Contemporaneidade e doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências pelas Universidades: Federal da Bahia e Estadual de Feira de Santana.

No convite foi observada a angústia das docentes que pediram ajuda, na tentativa de incluir as/os estudantes LGBTQIAPN+ através de debates que atravessam as suas existências. A

sensibilidade e a empatia mexeram comigo, pois na minha fase escolar não tive a oportunidade de participar de debates que valorizassem e respeitassem as existências LGBTQIAPN+.

É importante ressaltar a relevância da ação das docentes, pois estimula, inquieta e provoca a escola a ter um olhar mais sensível para as questões de gênero e sexualidade. Afinal, quando as violências não são combatidas, elas transmitem mensagens de estímulo para continuarem com as opressões. Nesse caso, o silêncio de docentes e da gestão da escola acaba sendo interpretado, por quem comete, como uma legitimação do seu comportamento.

Por ser o mês instituído internacionalmente como do orgulho LGBTQIAPN+, inicialmente pensei que a realização da atividade fosse em referência à data. Acabei perguntando às docentes sobre as motivações para a realização das palestras. Uma delas relatou que vivenciou em sala de aula estudantes envergonhadas/os, frustradas/os em relação à sua sexualidade. Quando identificou que se tratava da sexualidade, buscou materiais para levá-los para sala de aula e propor a discussão. Porém, sentiu-se despreparada para essa empreitada e optou em convidar alguém que estuda a área e faz parte do movimento LGBTQIAPN+.

Outra questão que a docente observou foi o silenciamento da escola sobre a temática de gênero e sexualidade. Embora fosse observado o *bullying*, através das piadas machistas e LGBTQIAPNfóbicas, a escola não propunha o debate. O *bullying* na sociedade patriarcal é naturalizado e acontece no cotidiano da escola. No que se refere ao *bullying* contra LGBTQIAPN+, as docentes que participaram da palestra, não identificavam como uma violência. Na perspectiva delas era uma brincadeira que não provocavam/provocam danos nas emocionalidades e subjetivações de estudantes LGBTQIAPN+.

As violências contra LGBTQIAPN+ no ambiente escolar podem contribuir para a evasão e afetar a aprendizagem. Quando a escola não trabalha os temas de gênero e sexualidade, ela favorece para que as opressões e as violências continuem. Isso potencializa as narrativas e discursos heteropatriarcais de vidas vivíveis e vidas morríveis (Butler, 2008).

A complexidade dos conceitos de gênero e de sexualidade pode ser um fator de impedimento para as/os docentes trabalhem as temáticas. Isso porque exigem um repertório teórico para compreendê-los e explicá-los. Diversas/os profissionais utilizam desse argumento para se abster das discussões e preferem fechar os olhos para a realidade discriminatória que estudantes LGBTQIAPN+ vivenciam.

O fato de não dominar as temáticas e conceitos de gênero e sexualidade, não impede de buscarem parcerias com estudiosas/os da área para formação de docentes. Inclusive, no município, no mês de abril de 2022, a Associação Nacional de Historiadores -Anpuh, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação - SME promoveu uma palestra on-line sobre diversidades e inclusões na educação básica. A palestra aconteceu à tarde, no horário da

aula e as/os docentes ficaram impossibilitadas/os de assistirem, por não ter sido organizada uma logística que assegurasse essa participação.

A desorganização na logística revela o descaso em trabalhar com temas que afeta a população LGBTQIAPN+ e as mulheres. Isso também aponta para o heteropatriarcalismo imperante nas SME, que pode oferecer formações continuadas com esse tema e prefere o silenciamento. Outro aspecto a ser analisado é o desinteresse de docentes que não se mobilizaram para participar da palestra ou solicitarem momentos de formação.

A palestra: representatividade, (des/re)construções e as produções de (re)existências

No dia 14 de julho, quando cheguei para ministrar a palestra intitulada: Inclusões e diversidade sexuais, prevista para acontecer em duas turmas, logo fui surpreendida com o pedido do diretor para que fosse realizada nas cinco turmas do 9º ano. Fiquei receosa, por não gostar de repetir o material expositivo, mas aceitei. O fato de não ter um auditório na escola que comportasse a quantidade de estudantes, a dinâmica para atender as turmas foi juntá-las. Os momentos aconteceram com 50 adolescentes com idade entre 13 e 15 anos.

Antes do relato é interessante situar alguns aspectos geopolíticos da cidade onde fica a escola. O município possui uma população de 12.928 (IBGE, 2022). Em 2020 elegeu o primeiro vereador gay e a primeira prefeita. Na gestão municipal a maioria das secretarias são ocupadas por mulheres e a de saúde é gerida por uma transexual.

Ter uma mulher transexual assumindo uma pasta é extremamente importante para a desconstrução social, que associa a população transexual e travestis à prostituição. Então, a inclusão de LGBTQIAPN+ em cargos de poder se configura como representatividade e uma possibilidade para que outras/os ocupem esses espaços. No entanto, as mudanças que ocorrem no município ainda não se reverberam na escola, que permanece sendo um ambiente hostil para a população LGBTQIAPN+ e de mulheres.

A escola é considerada de grande porte, por ser a maior do município a oferecer o ensino do 6º ao 9º ano, com 458 estudantes matriculados. A unidade escolar possui 22 docentes, sendo uma delas lésbica. De acordo com as docentes a escola tem muitos estudantes LGBTQIAPN+, mas elas não fizeram o levantamento de quantos são e nem das identidades, expressões e orientação afetiva-sexual. Isso aponta para a invisibilidade das/os estudantes dissidentes de gênero e sexualidade.

Dito isto, segue as impressões e reflexões sobre a palestra. Na primeira turma⁹ os territórios estavam visivelmente demarcados: de um lado, estudantes que se autodeclaram LGBTQIAPN+ e do outro, os que se declaram heterossexuais. Isso chamou minha atenção e

⁹ Focarei apenas na primeira turma, devido à cartografia da sala, as participações e as narrativas emergidas nesse espaço.

no decorrer da palestra fui verificando, através das narrativas do grupo declarado heterossexual, os códigos e as violências de gênero e sexualidade.

Quando observei a divisão da sala, a priori parecia ser uma rivalidade, mas depois essa percepção foi alterada. Muitos são heterossexuais aliados/os, mas têm receio de serem confundidas/os com LGBTQIAPN+. Isso acontece mais entre os meninos: o medo de serem chamados de “mulherzinha”, de “viado”, resquício da masculinidade tóxica, que é colocada em xeque por gay’s que confrontam as normas de gênero imposta pela binaridade.

Após as docentes realizarem a minha apresentação como docente e pesquisadora lésbica, percebi que as/os estudantes que se declaram LGBTQIAPN+, mudaram a postura e trocaram olhares e sorrisos entre si, se sentindo representadas/os. Ao iniciar, apresentei o título da palestra¹⁰ e solicitei que escrevessem no papel o que entendiam por inclusão e diversidade. Grande parte dos papéis foram entregues em branco e a outra com a frase não sei responder. O silêncio era enorme, ninguém se manifestou para participar oralmente.

A palestra foi organizada em slides com imagens e vídeos com o intuito de estimular a participação. No primeiro momento foram apresentadas diversas fotos de personalidades LGBTQIAPN+ das artes e política. Em seguida perguntava se conheciam a sua relevância e a orientação afetiva-sexual e/ou a identidade de gênero. A estratégia de usar as personalidades foi com o objetivo de abordar sobre a representatividade de LGBTQIAPN+ em espaços de poder, como a política e as artes. Essa representatividade inspira e reafirma que LGBTQIAPN+ não é uma “aberração”, além de mostrar o potencial que a comunidade tem conquistado ao longo dos anos.

A primeira imagem foi a de Marielle Franco, um expoente na luta pelos grupos minoritários, principalmente mulheres que interseccionam sexualidade e raça. Grande parte da turma não a conhecia, mas as/os que sabiam falaram do assassinato brutal e da importância dela na luta pelos direitos humanos. A segunda foi Anitta e houve uma participação massiva, logo mencionaram o sucesso das músicas na plataforma Spotify, a sua relevância no cenário musical internacional e a bissexualidade.

No que se refere às personalidades transexuais e travesti, apenas a Linn da Quebrada foi reconhecida. Mencionaram o Big Brother Brasil e a tatuagem com o pronome “Ela”, enfatizando a travesti. As/os estudantes não conheciam o vereador de São Paulo, Thammy Miranda (filho da Gretchen), homem transexual. Quando mencionei o nome de Thammy uma professora ficou surpresa, porque desconhecia da transição e se referia com os pronomes femininos. A turma não conhecia Leandrinha, mulher transexual, com deficiência e criadora de conteúdo digital sobre inclusão.

¹⁰ O título da palestra foi “Inclusões e Diversidades Sexuais”.

Ao ver as personalidades observei que o grupo LGBTQIAPN+ foi mudando a expressão, antes cabisbaixos, agora altivos, valorizados e empolgados. Inclusive houve a participação das docentes, mas elas desconheciam muitas personalidades, o que foi motivo de muitas risadas.

No decorrer dessa dinâmica observei que emergiram diversos discursos de violências de gênero e sexualidade. As violências foram observadas através dos risos e “piadas” com as imagens de Ludmila e com a identificação dela como “sapatão”,¹¹ Gil do Vigor, Paulo Gustavo e Pablo Vittar como “viados”. As violências partiram do grupo heterossexual, que explicitava como enxergavam as/os LGBTQIAPN+. As interseccionalidades de gênero, sexualidade e raça foram visíveis através do estranhamento com as personalidades negras, as expressões demonstravam uma inquietação de desapontamento.

Questionei o que a turma entendia por sapatão “ah, mulher que gosta de mulher”, por que vocês chamam de sapatão e não de lésbica? Uma das meninas respondeu: “porque acham que ser sapatão é querer ser homem”, “eu já fui chamada de sapatão porque cortei o meu cabelo curto”. Quando chama alguém de “sapatão” há uma expressão do nojo e a imposição de uma distância, pois existe o medo de ser contaminada (Miskolci, 2016) ou ser confundida. O interessante foi que as estudantes que se autodeclararam lésbicas, não chamaram Ludmila de sapatão.

Os estereótipos de gênero construídos socioculturalmente a partir da lógica binária, atribui papéis estáticos para mulheres e homens. Nas narrativas das/os estudantes estavam permeadas pela construção heteropatriacal, exemplo disso: o corte de cabelo e as roupas. Dessa forma, o ser “sapatão” e o ser “viado” estão associados à performance de gênero.

Quando questionados sobre o porquê de “viado”, a resposta de muitos estudantes do grupo declarado heterossexual foi: “homem que quer ser mulher”, mas como assim? “ah, tia”,¹² “homens afeminados”. Esse grupo também relatou que é muito comum se chamarem como “viados” ou “fala viado”, “e aí, macho”,¹³ “diga macho” e que isso é “normal” entre eles.

O uso da palavra “viado” entre eles é um código social de “camaradagem” com o objetivo de reforçar a masculinidade compulsória. Através da palavra “viado”, os heterossexuais se sentem legitimados para oprimir os grupos minoritários.

¹¹ O termo “sapatão” e “viado” são pejorativos e considerados como ofensa e violência que tem como intuito humilhar, julgar e classificar como objeto de nojo (Miskolci, 2016) pessoas da comunidade LGBTQIAPN+. No entanto, dentro da comunidade, esses termos foram ressignificados e são utilizados como políticos e identitários que não se restringe a orientação afetiva-sexual.

¹² Em alguns estados do Nordeste as/os estudantes tratam as/os docentes de tias/os, ressaltando a proximidade da escola com a família. Isso me chamou atenção, pois é diferente da Bahia, o meu estado de origem.

¹³ É comum no Nordeste os homens heterossexuais usarem as expressões que aparecem a palavra macho para se cumprimentarem. Isso foi observado, antes de iniciar a palestra, a interação era marcada pela palavra macho e isso acontece comumente no Nordeste, apenas LGBTQIAPN+ não participam.

O uso dos termos “viado” e “baitola” entre heterossexuais são comuns na escola¹⁴ e expõe a violência, porque classifica os comportamentos e promove uma relação de poder. Esse comportamento revela a necessidade social da masculinidade de reafirmar continuamente a sua sexualidade. Então, chamar o outro de “viado” ou “baitola” ajuda na manutenção do *status quo* de violência e de combate a quem é gay afeminado, pois delimita fronteiras e afirma os que estão dentro e os que estão fora do círculo de camaradagem.

Por outro lado, quando os homens se cumprimentam como “e aí, macho”, estabelecem entre si um pacto social de normatização da heterossexualidade. Isso porque, qualquer sexualidade, identidade e gênero diferente são inferiorizados e subalternizados. Nesse caso, a virilidade é exposta como elemento central de segregação.

O órgão sexual (pênis), nesse contexto, é considerado como privilégio, instrumento de poder e dominação. Essa relação entre o órgão sexual e a linguagem é um código social para cristalização da masculinidade tóxica de dominância e isso é reforçado nos grupos de homens. O “ei, macho” também estabelece uma vigilância, pois lembra os estereótipos de gênero que devem ser seguidos, uma forma de reprimir qualquer trânsito de sexualidade.

As dinâmicas do preconceito no ambiente escolar: inclusão e diversidades

Na sociedade brasileiras e na escola as dinâmicas de preconceitos são estruturais e emergem através do *bullying*, símbolos, códigos e conceitos equivocados, a exemplo de ser LGBTQIAPN+ “não é normal”. As narrativas foram perpetuadas através de *fake News* que geram discursos de ódio. Os discursos de ódio, encontraram na religião e no conservadorismo um aporte para sustentar os preconceitos contra as diversidades sexuais e as inclusões das minorias.

No caso do município, as conquistas no que tange a representatividade e ocupação em cargos de poder não conseguiram derrubar as fronteiras dos preconceitos. Isso ficou evidente nas narrativas das/os estudantes. Os discursos misóginos, LGBTQIAPNfóbicos e racistas circulam livremente nas mídias sociais e nas rodas de conversas entre estudantes.

Abordar sobre temas como preconceitos, intolerâncias, opressões e discriminações de gêneros e sexualidades é algo urgente. Isso pode contribuir para mudanças de discursos e comportamentos, pois através de informações e debates é possível rever atitudes e aprender a respeitar as diversidades.

O preconceito mantém a estrutura patriarcal e colonial do pensamento e de uma visão de sociedade que institui diversas práticas de discriminação contra as pessoas que não estão dentro da matriz cisheteronormativa (homens brancos, sem deficiências e de matriz religiosa judaico-cristã). Dessa forma, as minorias sociais são as vítimas em potenciais da violência.

¹⁴ Esses termos também são comuns na sociedade, observo que muitos homens se trata dessa forma e isso me chamou muito a atenção.

A escola é um dos espaços em potencial para debater sobre a diversidade humana, por refletir a sociedade. Principalmente nessa escola, por ser a maior do município, traz uma dimensão fidedigna de como pensa a população, afinal, é muito provável ter aprendido com a família a não respeitarem os gêneros dissidentes.

O processo de “libertação” dos preconceitos é contínuo e exige tempo para acontecer. Então, ter acesso a esses debates na juventude contribui para desenvolver a criticidade e a consciência dos projetos hegemônicos e dominantes do heteropatriarcado. Então, quando as/os profissionais refutam os discursos preconceituosos, isso desperta na/o estudante interrogações.

Infelizmente, a realidade de muitas/os profissionais da educação é reproduzirem as violências. Os preconceitos estão enraizados em nós e desde a infância muitos são os investimentos das tecnologias de gênero para fomentá-los. Com o passar dos anos esses preconceitos acabam se tornando “verdades absolutas” e por estar presentes na cultura, na linguagem e nos códigos sociais, grande parte da população não consegue romper.

As narrativas e as violências de gênero e sexualidade institucionalizada no cotidiano só passaram a ser questionadas quando os movimentos identitários ocuparam os espaços de produção de conhecimento, tencionaram a sociedade e reivindicaram as suas pautas. Exemplo disso é a linguagem inclusiva, que desde a década de 60 os movimentos feministas lutam para ser implementada nos discursos.

O acesso dos grupos identitários minoritários nas universidades e nos programas de pós-graduação também contribuíram e são/foram essenciais na produção de epistemologias de descolonização e decolonização do pensamento. As produções, as vivências e o lugar de fala permitiram outras pessoas conhecer a realidade e engajar nas lutas contra as opressões. Afinal, essas pautas e lutas são de todas/os aquelas/es que desejam uma sociedade equânime e democrática.

As violências no ambiente escolar e a importância de debates de gêneros e sexualidades na educação básica

No que se refere aos dados de violências no ambiente escolar, foi apresentada a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil, realizada em 2016. No estudo, a escola foi apontada com o segundo¹⁵ espaço mais violento e inseguro para adolescentes LGBTQIAPN+. A amostra foi realizada com 1.016 estudantes, com idade entre 13 e 21 anos. Desses, 73% informaram que sofrem bullying LGBTQIAPNfóbico; 60% sentem inseguros nas escolas e 37% já sofreram violência física. O banheiro e as aulas de educação física foram apontados como os lugares em que se sentem mais vulneráveis e, por isso, 38,4% evitam usá-lo.

¹⁵ O primeiro é a família.

As agressões LGBTQIAPNfóbicas não são cometidas apenas por colegas: 69,1% dos estudantes informaram que essas partiram de docentes ou funcionários. Esse dado revela a hostilidade, a opressão e a necessidade da despatriarcalização do currículo e da afetividade no ambiente escolar. Isso acontece porque o discurso LGBTQIAPNfóbico foi legitimado no Brasil e muitas pessoas se sentem à vontade para proferi-los.

Outro mapeamento importante revela que 64,7% das agressões verbais foram presenciadas por profissionais da educação e apenas 3,5% de docentes intervieram ou propuseram medidas interventivas. Para as/os estudantes vítimas de violências, 55,9% informaram que as medidas tomadas foram ineficazes, pois as violências continuaram e isso desmotiva para denunciá-las.

A ausência de apoio também acontece em casa, isso porque não se sentem confortáveis em dialogar com a família, apenas 7,7% relatam o ocorrido em casa. No entanto, 38,7% nunca procuraram a escola para conversar e propor estratégias para combatê-las. A relação escola e família é permeada por descaso, principalmente nos casos de LGBTQIAPNfobia.

A naturalização das “piadas” e do *bullying* são lidos como brincadeiras e não como agressões, esse é um dos motivos para as violências perpetuarem. Para a docente Maria Cristina Cavaleiro da Universidade Estadual do Norte do Paraná, as/os educadores precisam compreender que estão diante de casos de violência, mas para isso acontecer é necessário promover formações continuadas sobre o tema.

O crescimento de grupos de estudos, debates e pesquisas em gênero e sexualidade tem contribuído para divulgação dos conceitos de gênero e sexualidade. Porém, esses estudos ainda estão limitados a estudosas/os do tema e raramente chegam à educação básica. Os municípios que não têm campus universitário e/ou institutos federais enfrenta maiores dificuldades no acesso desses estudos. A formação em serviço poderia contribuir para o letramento em gênero e sexualidade. Infelizmente, os temas de sexualidade e gênero ainda estão na periferia do currículo.

Ao final da palestra, observei o quanto foi esclarecedor para algumas/alguns estudantes terem acesso a esse debate. No entanto, não foi possível mensurar o impacto da palestra com o grupo heterossexual, mas em visualizar as expressões de felicidade no grupo LGBTQIAPN+ foi motivador para permanecer na luta por um currículo despatriarcalizado.

Considerações finais e proposições

As dificuldades epistemológicas sobre gêneros e sexualidades não foram um obstáculo para as docentes buscarem estratégias e fomentarem o debate em sala de aula. Isso mostra o

comprometimento, a empatia, a afetividade e a inclusão da diversidade. Para as docentes, o projeto realizado pode representar uma pequena ação, mas para quem sofre com os preconceitos, as discriminações e a LGBTQIAPNfobia, a realização foi grandiosa.

Propor momentos discursivos através da transversalidade dos conteúdos também é uma alternativa para tornar as discussões de gênero e sexualidade como: (1)¹⁶ utilização de dados estatísticos de violações de direitos e das desigualdades salariais entre mulheres e homens que pode ser uma discussão que unifica vários componentes curriculares; (2) debater sobre os modos de contágio como as Infecções Sexualmente Transmissíveis - ISTs e a prevenção das diferentes sexualidades; (3) abordar sobre os processos de opressão da colonização no Brasil e como contribuíram na formação dos preconceitos; (4) a misoginia da língua portuguesa e como a linguagem inclusiva visibiliza as mulheres e as pessoas não-binárias.

A proposta da despatriarcalização do currículo é amplificar os debates de gênero, raça e sexualidade para despertar as/os estudantes a questionarem as crenças, os valores de gêneros e sexualidades tão difundidos pelos discursos hegemônicos cisheteronormativos. Discursos como esses colocam as mulheres como inferiores e submissas aos homens e combatem a população LGBTQIAPN+ como se fossem culpadas/os de toda as mazelas humanas.

Para que docentes e gestores consigam debater esses temas, faz-se necessário formações continuadas, pois nem todas/os tiveram acesso às discussões de gêneros e sexualidades na graduação ou especialização. Através de formações podem pensar na arquitetura do ambiente escolar e desenvolver ações efetivas de combate a todas as formas de violências.

No que se refere à avaliação da palestra, verificamos que poderíamos ter focado como os preconceitos impactam na vida das pessoas. Possivelmente elaborar tópicos sobre as potencialidades das diversidades, a importância das inclusões e como o preconceito é letal para quem sofre a violência. A sigla LGBTQIAPN+ não deveria ter ficado no centro da discussão, mas aparecer nos tópicos, pois o fato de ter debruçado grande parte do tempo nela, as outras temáticas foram apresentadas de forma superficial.

Outra limitação do trabalho foi a linguagem, o fato de não ter experiência com o público-alvo dificultou de certa forma a comunicação. No entanto, avaliamos a palestra como positiva, contributiva e um excelente início para que debates de gênero e sexualidade sejam realizados. As limitações observadas, sem dúvidas serão aspectos importantes de melhorias em outras oportunidades.

A despatriarcalização do currículo é um processo contínuo e inquestionavelmente, essa ação foi um passo essencial para provocar esses debates no ambiente escolar. A abertura

¹⁶ A intenção desses exemplos é apresentar algumas possibilidades de como docentes podem abordar as temáticas de gênero, raça e sexualidade e como podem ser inseridas em diversos conteúdos.

que a escola concedeu, pode ser um primeiro passo para uma parceria e possibilidade para a inserção de outros temas necessários para a sociedade atualmente, como exemplo, o racismo, a misoginia LGBTQIAPNfobia, entre outros.

A ideia é elaborar materiais informativos sobre equidade de gênero, diversidades sexuais e humanas para distribuí-los na palestra. Outra ação possível é indicar pessoas que representam as diversidades sexuais e identitárias para relatarem as suas experiências, para garantir o lugar de fala.

Por fim, agradecemos às docentes, às/aos estudantes que participaram dos debates e a gestão por ter cedido o espaço para dialogar sobre pautas tão caras. A a palestra foi um momento ímpar para aproximar a universidade com a educação básica, desta forma ter a possibilidade de divulgar a produção de conhecimento e difusão das pesquisas realizadas com muito estudo, rigor científico e discussão crítica.

Agradecimento

As docentes da escola por cederem o espaço para debater as temáticas tão caras para a população LGBTQIAPN+, a gestão e aos estudantes, pois sem a participação delas/es não seria possível essa produção e novas oportunidades de aprendizagens.

Sobre as autoras

Stelina Moreira de Vasconcelos Neta

<http://lattes.cnpq.br/3738466064253405>

Parda que se autodeclarada politicamente como negra, baiana, doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, mestra em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, instituição em que se graduou em Pedagogia. É pesquisadora em educação, currículo, didática, gêneros, sexualidades, interseccionalidades, feminismos, etnicidade (com pesquisa na Escola Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, município de Cabralia - Bahia) e lesbianidades. Ativista lésbica vinculada a Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais? Rede LesBi, atuou no Centro de Direitos Humanos nos núcleos de Relações étnico-raciais, LGBTQIAPN+ e promoção dos direitos da pessoa com deficiência vinculado a Secretaria de Assistência Social no município de Feira de Santana, elaborando projetos e formações para essas populações. Tem experiência em formações de docentes e foi professora substituta do Instituto Federal da Bahia, atuou como docente do Plano Nacional de Formação de Professores? PARFOR na Universidade do Estado da Bahia nos Campus de Irecê, Conceição do Coité e Senhor do Bonfim. É integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Lesbianidade, Gênero, Raça e Sexualidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Cultura, Gêneros e Sexualidades? NuCus, na linha de Lesbianidade, Interseccionalidades e Femininos da Universidade Federal da Bahia e do Grupo de Trabalho em Gênero da Associação Nacional de História e do grupo de Estudos em Gênero e Sexualidades da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Ana Paula Miranda Guimarães

<http://lattes.cnpq.br/9819711308051849>

Professora de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA)/campus Camaçari. Possui Mestrado e Doutorado em Genética e Biologia Molecular pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas pela mesma Universidade. É professora colaboradora do Programa de Pós-

Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana (UFBA/UEFS). Possui experiência nas áreas de Genética Humana e Médica, Biologia Molecular. Além disso, tem experiência em Ensino de Ciências e Biologia, área que atualmente possui interesse e realiza pesquisa. É integrante do grupo de pesquisa em História, Filosofia e Ensino de Ciências Biológicas vinculado ao Laboratório de Ensino, Filosofia e História da Biologia (LEFHBio-UFBA), é uma das líderes do Laboratório de Metodologia e Pesquisa Mista em Ensino de Ciências (LAMPMEC) e por fim, é líder do grupo de pesquisa em Ensino de Ciências e Inovações Educacionais (ENCINE) vinculado ao Núcleo de Pesquisa em ensino de ciências (NUPEC) do IFBA.

Como citar este artigo:

ABNT

VASCONCELOS NETA, Stelina Moreira de; GUIMARÃES, Ana Paula Miranda. Despatriarcalização do currículo e as abordagens de gêneros e sexualidades: relato de experiência em um espaço educativo do Nordeste. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 17, e57117, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2023.v17.a57117>

APA

Vasconcelos Neta, S. M., & Guimarães, A. P. M. (2024). Despatriarcalização do currículo e as abordagens de gêneros e sexualidades: relato de experiência em um espaço educativo do Nordeste. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 17, e57117. doi: <https://doi.org/10.22409/resa2023.v17.a57117>

Copyright:

Copyright © 2024 Vasconcelos Neta, S. M., & Guimarães, A. P. M. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2024 Vasconcelos Neta, S. M., & Guimarães, A. P. M. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Luiza Rodrigues de Oliveira

Referências

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (Org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

BITTAR, Paula. Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo, 23 fev. 2022. **Agência Câmara Notícias**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/>. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola sem homofobia**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeYsJ6cuAr5ggvfw/escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 867/2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2016**. Inclui entre as diretrizes e bases da educação nacional, de que trata a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o “Programa Escola sem Partido”. 2016. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 10.659/2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para vedar a doutrinação política, moral, religiosa ou ideologia de gênero nas escolas. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2182388>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 246/2019**. Institui o “Programa Escola sem Partido”. 2019a. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752>. Acesso em: 17 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 258/2019**. Dispõe sobre o direito dos alunos de aprender sem ideologia político-partidária; sobre a conduta dos professores na transmissão dos conteúdos e acrescenta inciso XIV e parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, bem como tornar defesa a inserção de questões relativas à ideologia de gênero no âmbito escolar. 2019b. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190772>. Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 4.893/2020**. Tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2264281>. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde de A a Z. **Síndrome de Burnout**. [2020?]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Assessoria de Comunicação Social do Inep. **MEC e Inep divulgam resultados da 1ª etapa do Censo Escolar 2022**. 8 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/mec-e-inep-divulgam-resultados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2022#:~:text=Ao%20todo%2C%20foram%20registrados%2047,incremento%20de%201%2C5%25>). Acesso: 15 ago. 2022.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAUCAIA (Município). **Lei nº 3.376, de 21 de dezembro de 2021**. Proíbe a inclusão de assuntos ligados à sexualidade, linguagem neutra, bem como a "Ideologia de Gênero" nas Escolas do Município e Escolas Privadas de Caucaia-CE e dá outras providências. 2021. Disponível em: https://www.caucaia.ce.gov.br/arquivos/1521/LEIS%20MUNICIPAIS_3376_2021_0000001.pdf. Acesso em: 22 ago. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. Relatório mundial 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/brazil#a089a4>. Acesso em: 15 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades Brasília**. Brasília: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/apuiaries/panorama>. Acesso em: 16 ago. 2022.

JUAZEIRO DO NORTE (Município). **Lei Municipal: 4853 de 07 maio de 2018**. Veda ideologia de gênero na Rede Pública Municipal de Ensino. 2018. Disponível em: https://www.juazeironorte.ce.gov.br/arquivos/2166/LEI%20MUNICIPAL_4853_2018_0000001.pdf. Acesso em: 17 set. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 22 ago. 2022.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

PARAÍSO, Marlucy. **Pesquisas sobre currículos e culturas: temas, embates, problemas e possibilidades**. Curitiba: CRV, 2010.

PARAÍSO, Marlucy. Currículo, gênero e heterotopias em tempos de ideologia de gênero. In: LOPES, Alice Casimiro; OLIVEIRA, Anna Luiza; OLIVEIRA, Gustavo. **Os gêneros da escola e o (im)possível silenciamento da diferença no currículo**. Recife: UFPE, 2018. p. 127-162.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade:** uma abordagem baseada em evidências. 2. ed. rev., 2018. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/in/documentViewer.xhtml?v=2.1.196&id=p::usmarcdef_0000369308&file=/in/rest/annotationSVC/DownloadWatermarkedAttachment/attach_import_c8f60111-c183-4084-8a5c-fd097b5e5369%3F_%3D369308por.pdf&locale=en&multi=true&ark=/ark:/48223/pf0000369308/PDF/369308por.pdf#%5B%7B. Acesso em: 22 ago. 2022.